

O plástico, a nova praga ambiental

Carla Amado Gomes

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade Católica (Porto)

SUMÁRIO: Introdução: a praga do plástico. 1. De que falamos quando falamos de plástico(s)? 2. A estratégia de prevenção. 3. A estratégia de redução. 4. Uma Convenção mundial sobre plásticos de uso único? O paralelo da Convenção de Viena e do Protocolo de Montreal. 5. Os próximos passos.

INTRODUÇÃO: A PRAGA DO PLÁSTICO

Poucos temas seriam, na actualidade, capazes de rivalizar com as alterações climáticas no plano das ameaças ambientais. As imagens de destruição causada por furacões, inundações, incêndios, são cada vez mais frequentes e impactantes e assumem inegável protagonismo no domínio do noticiário ambiental. O plástico, no entanto, surge como um sério candidato a dividir o palco com o aquecimento global.

Com efeito, no último ano, as notícias sobre a omnipresença do plástico nas nossas vidas e os riscos associados a tal facto não param de surgir. É verdade que o material tem múltiplas funções e que supre inúmeras necessidades; porém, as dificuldades na sua destruição e a

sua acumulação e penetração em componentes do ambiente desencadearam uma onda de preocupação entre políticos e activistas que vem gerando uma cascata de iniciativas. O plástico no mar tem merecido atenção especial, mas a poluição em terra não é menos preocupante.

Alguns dados ajudam a contextualizar a dimensão do problema: a produção mundial de plásticos teve um crescimento brutal nos últimos cinquenta anos — uma multiplicação por um factor de 20 desde a década de 1960 —, atingindo 322 milhões de toneladas em 2015^[1]. No plano global, 4,8 a 12,7 milhões de toneladas de plásticos (1,5 a 4% da produção mundial) acabam nos oceanos^[2] — de resto, o lixo marinho é composto em cerca de 80% por plásticos. Estes materiais têm uma enorme facilidade, em razão do seu peso e estrutura, em percorrer enormes distâncias, embalados nas correntes marinhas ou mesmo empurrados pelo vento. Uma vez à deriva no oceano, o plástico pode degradar-se em microplásticos que são ingeridos por peixes, ou acumular-se em verdadeiras ilhas (duas já se tornaram famosas: o *Vortex de plástico do Pacífico*, com cerca de 1,5 milhões de km², e, mais recentemente, a ilha de plástico do Atlântico Norte). O Programa das Nações Unidas para o Ambiente calcula que o prejuízo para o ambiente marinho ascenda a 8 biliões de dólares por ano (em perda de capturas e quebra no turismo).

Na Conferência da ONU sobre oceanos (que teve lugar em Bali, em Junho de 2017) avançou-se uma estimativa de que, em 2050, se nada se fizer, o mar pode conter mais peso em plástico do que em peixe. A contaminação da cadeia alimentar por microplásticos ingeridos por peixes (e absorvidos pelo sal) constitui, para

[1] Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: *Uma Estratégia Europeia para os plásticos na Economia Circular*, COM (2018)28 final, de 16 de Janeiro de 2018, p. 2.

[2] JAMBECK et alii, *Plastic waste inouts from land into the ocean*, in Science, Fevereiro de 2015, p. 1 (dados de 2010).

além de um problema ambiental que leva à degradação da qualidade das espécies, uma ameaça para a saúde pública — o chamado efeito “Cavalo de Tróia” —, cujas consequências cabais ainda estão por apurar mas que se admite envolverem potencial cancerígeno, mutagénico e outros^[3]. O fenómeno de “pesca fantasma”, gerado pela captura não intencional de peixe em redes abandonadas, tem igualmente custos económicos e ecológicos elevados, traduzindo uma das causas de extinção de tartarugas marinhas^[4].

No plano terrestre, a poluição por plásticos não reciclados constitui também uma dor de cabeça. Enquanto a produção destes materiais não pára de aumentar em todo o mundo, na Europa, por exemplo, a percentagem de plástico reciclado é de menos de 30%, e mesmo este volume é, em larga medida, canalizado para Estados não integrados na União Europeia (dado que o investimento no sector é considerado pouco rentável^[5]), que aplicam regras menos exigentes. Os restantes dois terços são ou depositados em aterro ou incinerados, o que se traduz numa perda de 95% do valor dos materiais das embalagens de plástico (ou seja, entre 70 e 105 mil milhões de euros por ano) para a economia, após um primeiro ciclo de utilização muito curto^[6].

Já no plano mundial, cerca de 79% do plástico permanece no ambiente, em aterros ou solto, sendo que, no remanescente, 12% é incinerado e apenas 9% reciclado^[7]. A China foi, até 2018, a maior importadora de plástico para reciclagem (56%), tendo em Janeiro

[3] *Plastic waste in the Environment*, revised final report 2011, European Commission DG ENV in Association with AEA Energy & the Environment, p. 116.

[4] Já antes desta Conferência, a ONU havia lançado, em Fevereiro de 2017, a iniciativa *Clean seas*, que visa congregar a acção de governos, empresas privadas e cidadãos no sentido de, em

cinco anos, reduzir drasticamente a produção e uso de plásticos de uso único e não recicláveis. Cfr. o balanço de um ano de iniciativa aqui: <https://www.unenvironment.org/news-and-stories/story/one-year-after-launch-cleanseas-tide-turning>.

[5] Leia-se o texto da autoria de CLARE GOLDSBERRY, *Recycling is big business, but is it profitable?*, in

Recycling. Sustainability, Materials, Maio de 2018 — disponível aqui: <https://www.plasticstoday.com/recycling/recycling-big-business-it-profitable/19442800958772>.

[6] *Uma Estratégia Europeia para os plásticos na Economia Circular*, cit., p. 2.

[7] Cfr. *Single-use plastics: a road to sustainability*, UN Environment, UNEP,